

# A política de preservação do patrimônio cultural e o processo de patrimonialização: os desafios para a conservação da Fortaleza de São José de Macapá-AP

*Juliane Gonçalves da Silva*

*Universidade Estadual do Ceará - UECE*

*Prof. Dr. Alexandre Almeida Barbalho*

*Universidade Estadual do Ceará - UECE*

<https://revistas.uece.br/index.php/inovacaotecnologiasocial/article/view/10374>

## Resumo

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a trajetória da política de preservação do patrimônio cultural e sua atuação no município de Macapá-AP, através do processo de patrimonialização da Fortaleza de São José de Macapá. O tema é abordado através de um processo investigativo e descritivo, delineando um estudo exploratório documental e de campo, onde a Fortaleza de São José de Macapá é o objeto de estudo. Esta pesquisa consiste em uma proposta de preservação da Fortaleza de São José de Macapá como instrumento de identidade cultural, visto que é necessário que o bem patrimonial material seja o elemento balizador para a criação de novos instrumentos de gestão do patrimônio e do planejamento urbano, assim como os elementos ambientais e sociais, que juntos, possam garantir a ambiência do bem tombado. Para isso, é imprescindível que os parâmetros propostos dialoguem com a cidade, fazendo parte do próprio planejamento urbano e da identidade local.

**Palavra-chave** fortaleza de são josé de macapá; planejamento urbano; política de perservação; processo de patrimonialização.

## Abstract

The general objective of this research is to analyze the trajectory of the cultural heritage preservation policy and its performance in the city of Macapá-AP, through the patrimonialization process of the Fortress of São José de Macapá. The theme is approached through an investigative and descriptive process, outlining a documentary and field exploratory study, where São José de Macapá Fortress is the object of study. This research consists of a proposal for the preservation of the São José de Macapá Fortress as an instrument of cultural identity, since it is necessary that the material patrimonial good be the guiding element for the creation of new heritage management and urban planning instruments, as well as as the environmental and social elements, which together, can ensure the ambience of the well fallen. For this, it is essential that the proposed parameters dialogue with the city, being part of the urban planning itself and the local identity.

**Key-word** fortress of são josé de macapá patrimonialization process; preservation poli; urban planning.

## Introdução

Para delimitar o objeto de estudo, se faz necessário entender que a presente pesquisa está diretamente relacionada ao único patrimônio cultural material tombado no município de Macapá-AP, a Fortaleza de São José de Macapá.

O tombamento é um instrumento jurídico que garante a proteção de um bem de natureza material, que passa a constituir o patrimônio histórico e artístico do país. O patrimônio cultural de uma sociedade é fruto de políticas públicas norteadas pelo Estado por meio de leis, instituições públicas responsáveis, com a participação dos representantes que solicitam o pedido de patrimonialização juntamente com a sociedade civil. Os valores e significados atribuídos a determinado bem cultural devem ser pensados em coletividade.

Pelo IPHAN a Fortaleza de São José de Macapá foi tombada em 1950, uma obra de grande dimensão quando comparada a outras fortificações brasileiras, marco da arquitetura militar da América Latina, idealizada pelos portugueses para defender as terras do extremo norte do Brasil, erguida pelos escravos negros e indígenas no século XVIII.

A Fortaleza possui uma beleza arquitetônica que impressiona os que a visitam, rememorando a soberania da coroa portuguesa e a capacidade da engenharia militar nas construções que planejavam e executavam, em que pesem as restrições para a obtenção do material usado na obra, como, por exemplo, as pedras, retiradas a 32km de distância, no Rio Pedreira. A sua concepção foi de Eurico Antonio Galluzi, atualmente é a maior referência histórica cultural do Estado do Amapá.

Localizada à margem esquerda da foz do Rio Amazonas, sua construção se estendeu por 18 anos, sendo inaugurada no ano de 1782, no dia do santo padroeiro da cidade de Macapá.

Atualmente, o cenário em que se encontra esse patrimônio não é satisfatório, resultado da ineficácia da atuação da política de patrimônio cultural. Acarretando na inexistência de uma identidade cultural e do potencial turístico, daí surge a necessidade da elaboração dessa pesquisa.

## Patrimônio cultural e patrimonialização

Para Cardoso (2017) o patrimônio cultural de uma sociedade é descendente de políticas públicas norteadas pelo Estado por meio deles, instituições públicas responsáveis, com a participação dos representantes que solicitam o pedido de patrimonialização juntamente com a sociedade civil, onde os valores e significados concedidos a determinado bem cultural devem ser pensados em coletividade.

O processo de construção da noção de patrimônio cultural que se conhece hoje tem início relacionado com o período histórico do século XVIII, no contexto da Revolução Francesa e da formação dos Estados Nacionais (CHOAY, 2001). A noção de elementos da materialidade e das práticas sociais que se herdaram do passado, e que são comuns a todos os indivíduos de uma nação, é fundamental para a efetivação da própria ideia de “nação”. Portanto, existe uma relação intrínseca entre a noção de patrimônio cultural e o exercício de uma (multi)territorialidade, a partir da perspectiva cultural, que também se relaciona com os aspectos econômicos e políticos da sociedade em questão (HAESBAERT, 2004).

A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial e, também, ao estabelecer outras formas de preservação, como o Registro e o Inventário, além do Tombamento, instituído pelo Decreto-Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, que é adequado, principalmente, à proteção de edificações, paisagens e conjuntos históricos urbanos.

Segundo o IPHAN (2014) os bens tombados de natureza material podem ser imóveis como as cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou

móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

Já os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas).

Para que um bem, material ou imaterial, se torne um patrimônio cultural o mesmo precisa ser tombado, o que para o Decreto Lei federal nº 25, de 30 de novembro de 1937, passa a pertencer à União, aos Estados ou aos Municípios, inalienáveis por natureza, onde só poderão ser transferidos de uma à outra das referidas entidades. O tombamento é um instrumento jurídico que garante a proteção de um bem de natureza material ou imaterial.

A preservação do bem cultural deve estar relacionada a novas funções do monumento, pois a construção de cada obra arquitetônica foi motivada por uma necessidade específica, como no caso das fortificações e fortalezas.

Para concluir este tópico é necessário defender o uso do turismo como um meio não só de preservar o monumento, como também de divulgá-lo e ajudá-lo a ser compreendido. Existem diversas tipologias de turismo e diversidades de interesses da comunidade e do turista que visita o local. A conexão entre patrimônio e turismo gera questões complexas sobre as quais os órgãos responsáveis pelo patrimônio e pelo turismo devem refletir para que o patrimônio siga preservado e ao mesmo tempo seja útil à comunidade local.

## **A política preservacionista**

Rubim (2007) afirma que o Governo Vargas é o verdadeiro inaugurador da política cultural no Brasil, por realizar, pela primeira vez, um conjunto de intervenções na área da cultural em âmbito nacional. Em vista disso, é somente a partir de 1930, com o governo de Getúlio Vargas, que a ação político-cultural do Estado toma características substancialmente distintas de atuação, abrangência e estruturação e pode se configurar como uma política cultural.

Conforme Miceli (2001), no decorrer do governo de Getúlio Vargas (1930–1945) foram implementadas o que se pode chamar de primeiras políticas públicas de cultura no Brasil. Nesse período, foi tomada uma série de critérios, objetivando fornecer uma maior institucionalidade para o setor cultural. O exemplo mais clássico dessa ação está na área de preservação do patrimônio material quando em 1937, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), considerado um exemplar para as políticas culturais no Brasil e em muitos outros países.

Somente com a criação do SPHAN e do Decreto-Lei nº 25 de 30 de Novembro de 1937, é que se tem uma regulamentação adequada de proteção dos bens culturais no Brasil. As constituições brasileiras posteriores a esse decreto têm apenas ratificado a noção de patrimônio em termos de direitos e deveres envolvendo tanto o Estado como os cidadãos.

O SPHAN sofreu forte influência do modernismo brasileiro, resultado da Semana de Arte Moderna de 1922. A partir de 1969, o SPHAN se torna Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão responsável, junto ao Ministério da Cultura, pelo processo de Patrimonialização de bens culturais de natureza material e imaterial. Após alguns anos, em 1985, durante o governo do Presidente José Sarney, foi criado o Ministério da Cultura e, um dos maiores defensores dessa ideia foi Aloísio Magalhães, que havia falecido em 1982.

De acordo com Calabre (2014), em relação a gestão do Ministério da Cultura, pode-se afirmar que os primeiros quatro anos foram marcados por um conjunto de proposições de programas, políticas e ações que alçaram o Ministério a um patamar de importância e destaque na cena política nacional que não havia sido alcançado até então. O órgão ganhou espaço na mídia nacional, sem dúvida muito alicerçada no capital simbólico do Ministro Gilberto Gil. Foram feitas proposições inovadoras e provocações criativas.

O presidente Lula, em diversas oportunidades, expressou a importância da pasta da cultura, mas o Ministério não conseguiu alcançar o simbólico 1% do orçamento para a cultura. Rubim (2007) relata a perda do que se costuma denominar “tempo político”, no qual os debates aparecem mais intensos e a problemática em questão sustenta um capital político significativo, coloca em risco a efetividade dos projetos em seus princípios originais. No caso das ações promovidas pelo MINC, uma série de novos atores políticos foram ativados ao longo dos dois mandatos, criando a expectativa da efetividade da implantação de novos modelos de gestão das políticas culturais (RUBIM, 2007).

Uma descontinuação dos processos em curso coloca em risco a credibilidade e efetividade do caráter participativo e democrático que foi sendo proposto. Ainda que não se trabalhe com o que poderia ter sido, não pode-se deixar de lastimara demora na concretização de propostas, políticas, programas e ações que surgiram nos primeiros anos da gestão Gil. Várias destas foram herdadas pela gestão que teve início no governo da presidenta Dilma sem que fossem acompanhadas pelos princípios inspiradores e justificativos das mesmas (CALABRE, 2014).

A partir do desmembramento do Ministério da Educação e Cultura, foi criado o Ministério da Cultura (MINC) pelo Decreto 91.144, de 15 de março de 1985, atualmente transformado em Secretaria Especial da Cultura, do Ministério da Cidadania.

Em 1990, por meio da Lei 8.028, o Ministério da Cultura foi transformado em Secretaria da Cultura, diretamente vinculada à Presidência da República. A situação foi revertida pouco mais de dois anos depois, pela Lei 8.490, de 19 de novembro de 1992. Em 1999, ocorreram transformações no Ministério, com ampliação de seus recursos e reorganização de sua estrutura, promovida pela Medida Provisória 813, de 1º de janeiro de 1995, transformada na Lei 9.649, de 27 de maio de 1998 (PORTAL DA SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA, 2019).

Em 2003, a Presidência da República aprovou a reestruturação do Ministério da Cultura, por meio do Decreto 4.805, de 12 de agosto. Além de uma Secretaria Executiva, o MINC incorporou secretarias e representações regionais. Em 2016, o MINC se tornou Secretaria de Cultura, desta vez vinculada ao Ministério da Educação. A decisão foi revertida em menos de duas semanas e a Cultura manteve o status de Ministério (PORTAL DA SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA, 2019).

E, atualmente, em 2019, a estrutura da Cultura foi incluída no Ministério da Cidadania por meio do Decreto Nº 9.674, de 2 de janeiro. O Ministério da Cidadania ainda incorporou as pastas de Desenvolvimento Social, Esporte, e parte da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas.

## **A patrimonialização da Fortaleza de São José de Macapá**

No conjunto das obras de arquitetura herdadas do passado, evidenciam-se, por seus valores históricos e artísticos, as fortificações. Em primeiro lugar porque o forte era um marco avançado da conquista do território, precedendo, na maioria das vezes, o assentamento definitivo dos colonizadores. A construção de instalações defensivas constituía uma das primeiras tarefas dos enviados do governo português para missões de colonização (ALMEIDA, 2006).

Na Amazônia, sempre houve o interesse e a cobiça internacional, desde o período da colonização do Brasil. Portugueses, franceses, ingleses e holandeses procuraram se estabelecer nessa área a partir do início do século XVI. Várias fortificações foram erguidas na região amazônica por diferentes nações. Algumas edificadas em madeira e terra, outras, de maior porte, foram construídas em pedra, obedecendo a critérios impostos pela engenharia militar, e, ainda, aquelas que iniciaram com uma estrutura rudimentar e foram, mais tarde, transformadas em compactas construções. A Fortaleza de São José de Macapá é uma delas (TEIXEIRA, 2006).

De acordo com Toner (2009), as causas do abandono das fortificações devem-se primeiramente à perda de sua função de defesa, como também, com o passar dos anos, ao descaso da própria população que desconheceria a importância histórica, cultural e ambiental desse patrimônio; situação semelhante ao caso estudado nesta pesquisa.

Mesmo que se constate no Brasil a ausência de experiências exemplares de adaptação ao uso cultural e turístico de fortificações, é possível acreditar na perspectiva de uma grande melhoria na qualidade das intervenções, tendo em vista a tomada de consciência, por parte das autoridades militares, do potencial de conversão dos fortes a novos usos. Almeida (2006) atenta para os bons exemplos no exterior, como a reciclagem em Portugal de castelos, mosteiros e conventos ociosos para usos turísticos, são uma experiência que começou há 70 anos.

Como a maioria das fortificações estão instaladas em locais estratégicos, segundo Almeida (2014), as mesmas possuem uma vista privilegiada, pois muitas estão em pontos elevados, colinas, pequenas ilhas ou à beira dos rios de fronteira. Este fator é um atrativo motivador para o desenvolvimento da atividade turística, sendo uma alternativa para o uso destes bens, como foi, por exemplo, o caso da Fortaleza de Santa Cruz, em Niterói, que foi aberta à visitação turística.

Almeida (2014) discorre que, por mais que no Brasil ainda seja pouco expressivo o uso cultural e turístico de fortificações, o mesmo acredita no potencial deste uso e em uma maior aceitação pelo Exército em aderir ao turismo cultural. Além disso, acredita que é necessário que o próprio IPHAN invista na restauração e conservação do patrimônio de origem militar.

A Fortaleza de São José de Macapá é uma das principais e a maior edificação militar existente no Brasil sendo um dos mais importantes monumentos do século XVIII, uma referência basilar da cultural local, erguida com o propósito de defender a Amazônia, diante da perspectiva de uma invasão francesa. Foi construída na margem esquerda do rio Amazonas, tendo suas obras se estendido entre 1764 e 1782.

Foi desenhada por Henrique Antônio Gallucio, no reinado de D. José I (1750-1777), durante o governo do capitão general Fernando da Costa Ataíde Teive, sob as ordens do marquês de Pombal, primeiro-ministro. A obra foi administrada diretamente pela capitania do Grão-Pará e Maranhão e iniciou em 29 de junho de 1764 (CAMILO, 2003).

Inicialmente lhe foram atribuídos valores estratégicos dentro do sistema de defesa desenvolvido na Amazônia. Como na época a área era um local de incursão difícil devido à densa vegetação existente e a baixa quantidade de recursos de auxílio à exploração, o melhor meio de entrada era por vias marítimas. Locada às margens do rio Amazonas, foi de fundamental importância na intimidação e vigilância de nações estrangeiras que tentassem adentrar no território amazônico, apesar de não ter tido de fato uso militar em confrontos, reafirmando seu caráter mais simbólico do que combativo (TOSTES E TAVARES, 2014).

Ocupa uma área de 127mil m<sup>2</sup> com 22.574,15 m<sup>2</sup> de muralha e 2. 210 m<sup>2</sup> de espaço interno. A obra foi inaugurada somente em 19 de março (dia de São José, homenagem ao Rei Dom José I) de 1782, após inúmeras dificuldades financeiras e o interposto desinteresse da coroa (FONTANA, 2005).

De acordo com Camilo (2003), a Fortaleza nunca foi palco de batalha, devendo-se sua importância ao fato de constituir-se em um centro dinâmico de desenvolvimento urbano da vila de São José de Macapá, como foi comum acontecer com outras cidades que formaram partir de uma fortificação. Sobreviveu a muitos anos de abandono, até a criação do Território Federal do Amapá, em 1943, quando passou a sediar o comando da Guarda Territorial, transformando-se em casamatas do presídio da cidade.

Para Tostes e Tavares (2014), na constituição do Território Federal do Amapá, as ações governamentais passam a ser descentralizadas e há melhor tutela da fortificação. Então enclausurada pela floresta circunvizinha e deteriorada pelo período de abandono e ação de fatores naturais, passou por um processo de recuperação a partir do qual foi possível, na década de 50, o tombamento do forte como patrimônio histórico e cultural, procedido pelo então SPHAN, assumindo uma nova figura perante sua legitimação quanto instituição.

O IPHAN, em 1950, homologou o tombamento da Fortaleza de São José de Macapá a nível federal, que passou a ser centro cultural e de lazer da cidade, onde comemorava-se, bem no estilo da época, as datas cívicas e os feriados nacionais e locais. Ainda na década de 1950, seus prédios abrigaram a Imprensa Oficial, o Museu Territorial e o 26º Pelotão BC – Tiro de Guerra 130 do Exército. Em março de 1964, a Fortaleza, em meio ao processo do regime militar, serviu de cárcere para presos políticos, intelectuais, trabalhadores e lideranças sindicais.

Diante desse histórico, segundo o IPHAN (2014), a Fortaleza de Macapá é um ícone na cidade, uma referência cultural, e é o único bem tombado pelo IPHAN na cidade de Macapá, logo, a dimensão cultural deste bem é muito grande para uma cidade. Tudo o que se refere ao atrativo turístico ou ao centro histórico inclui a história da Fortaleza.

Mas, atualmente o que se vê são as excessivas mudanças de tipologia arquitetônica que ocorreram no centro de Macapá (nas proximidades da Fortaleza de São José), que não permitiram aos moradores da cidade de Macapá a valorização do próprio passado.

A Fortaleza de Macapá é um ícone na cidade, uma referência cultural, e é o único bem tombado pelo IPHAN na cidade, logo, a dimensão cultural deste bem é muito grande para uma cidade do porte de Macapá. Tudo o que se refere ao atrativo turístico ou ao centro histórico inclui a história da Fortaleza. Existem, atualmente, apenas dois bens tombados no estado, a já citada Fortaleza e o Conjunto urbanístico de Serra do Navio.

É preciso perceber a importância da Fortaleza e do seu tombamento no contexto das políticas de cultura a partir das décadas de 30, pois segundo o IPHAN, o ato de tomar está ligado a “real vontade coletiva de conservar sua memória expressa nesses bens” determinando que eles sejam objetos de proteção. Não é necessária uma pesquisa sistemática para concluir sobre as evidências nas políticas de tombamento que historicamente foram praticadas no Brasil até o contexto da democracia.

## Metodologia

O tema é abordado através de um processo investigativo e descritivo, delineando um estudo exploratório documental e de campo, onde a Fortaleza de São José de Macapá é o objeto de estudo. Procurou-se explorar os conceitos e teorias abordados como referencial, buscando através deles encontrar respostas aos diferentes questionamentos referentes à política cultural brasileira.

De um modo geral, como abordagem metodológica privilegiou-se os procedimentos qualitativos, através de estudos bibliográficos sobre a temática política cultural, estudo documental referente à patrimonialização da Fortaleza de São José de Macapá e, um estudo de campo para averiguação da infraestrutura existente na Fortaleza.

O tema é debatido através de um processo investigativo e descritivo delineando um estudo exploratório documental e de campo, onde a Fortaleza de São José de Macapá e seu entorno são questionados através de uma leitura crítica e dialética dos processos de tombamento a níveis federal, estadual e municipal e dos planos urbanísticos elaborados e implantados ou não na cidade numa análise quanto à preservação da fortaleza e do seu entorno, no período do ano de seu tombamento até os dias atuais. Pretende-se explorar os conceitos e teorias que são abordados como referencial, buscando através delas encontrar respostas aos diferentes estágios históricos perpassado por este processo.

## Resultados e discussão

O monumento catalogado para compor este estudo, justifica-se por si, por ter superado o tempo, inimigo austero dos patrimônios e ainda de ter transpassado as transformações políticas que se sucederam neste espaço geográfico, aliando-se a isto uma intrínseca relação com os habitantes do lugar, constituindo-se desta maneira em verdadeiro patrimônio representante da realidade desta cidade.

Somando-se a isto, tem-se a posição geográfica ocupada por esta fortaleza, localizada na parte antiga da cidade, embrião originário do que se transformaria no atual centro histórico e comercial da cidade de Macapá.

A Fortaleza de São José de Macapá pode ser considerada integrante de uma cadeia de fortificação constituídas no período colonial brasileiro, garantindo a posse e exploração territorial pelos portugueses, edificada em alvenaria de pedra e cal na margem esquerda do rio Amazonas. Obra iniciada em 1764, inaugurada incompleta em 19 e março de 1782, é o maior forte construído com essa característica na América Latina.

De acordo com Tostes e Tavares (2014), a Fortaleza de São José de Macapá assumiu usos distintos ao longo das décadas, caracterizando-se por um passado de glória perante o domínio da região amazônica, contudo atualmente, apesar da dimensão já alcançada, ainda assume uma figura secundária segundo sua valorização e uso diante de instituições governamentais.

Os autores ainda acrescentam que:

Visível é sua simbologia como atribuída, todavia esta não é apropriada. Percebe-se o reconhecimento do monumento, tanto por parte da população, quanto por instituições governamentais, entretanto há uma lacuna de ações institucionais eficazes para fortalecer e consolidar a imagem da Fortaleza não somente como referência histórica e da cidade, mas também como instituição funcional e sustentável. Uma gestão eficiente do patrimônio ainda não está consolidada, implicando em entraves no funcionamento e usufruto concreto da edificação, apesar de um dia já ter assumido papel crucial para o desenvolvimento urbano de Macapá, tendo em vista sua importância dentro dos planos urbanos desenvolvidos, em que é tida como eixo para traçados urbanos e distribuição de bairros, implicando na conformação do território urbano não só de Macapá, mas também do município de Santana, que até 1897 se configurava como distrito da capital (TOSTES & TAVARES, 2014).

Atualmente, o Governo do Estado do Amapá e o IPHAN incluíram a Fortaleza de São José de Macapá no conjunto de dezenove fortificações que compõem o Conjunto de Fortificações do Brasil, construídas entre os séculos XVI e XIX, que busca o título de Patrimônio Mundial da Humanidade, outorgado pela ONU.

Neste contexto Tostes e Tavares (2014) relatam que:

Aquilo que um dia fez parte de uma estratégia de defesa do território amazônico hoje se torna um monumentalismo da arquitetura militar portuguesa, fruto de um projeto inconcluso e imediatista, preocupado com o espaço-tempo de sua construção, sem o vislumbre da figura de uma fortificação de tal porte no futuro (TOSTES & TAVARES, 2014).

O trabalho de preparação da candidatura do Conjunto de Fortificações Brasileiras foi iniciado em abril de 2017, com a realização do Seminário Internacional de Fortificações Brasileiras, que resultou na Carta de Recife, documento que traz no seu bojo as diretrizes e

os eixos temáticos que agrupam as ações para a proteção, conservação e gestão do bem cultural, que devem ser executados pelos diversos Órgãos da União, do Estado e do Município de Macapá, em preparação da candidatura da Fortaleza.

Mas, para que esta candidatura seja consolidada, é necessário que se tenha um intervenção conjunta das diversas esferas do poder público e da sociedade, para então receber a outorga do título de Patrimônio Mundial da Humanidade. A partir de então, deve-se começar o desenvolvimento de ações específicas no reconhecimento da importância da cultura para a construção da identidade nacional.

De acordo com a teoria de Cardoso (2017), é possível entender que atitudes efetivas no âmbito da preservação deste conjunto tão expressivo de exemplares arquitetônico, implementaria a prática da preservação de exemplares da arquitetura originária e colonial de Macapá, e, ainda, apontaria para a própria população local, toda a valoração e significância cultural que expressões arquitetônicas de produção possuem e podem estabelecer com a comunidade.

Para se tenha a preservação da Fortaleza algo precisa ser feito, além do tombamento já efetivado, visando à preservação da lembrança representativa da memória e também o resgate da cultura local. Esta junção é a essência para a proposta de um empreendimento turístico que beneficiará a população em geral, diversificando a economia local e a melhoria no padrão de vida dos munícipes.

Atualmente, no Estado do Amapá, pouco se vê em relação à discussão patrimonial, e muitos sem prosseguimento desde o ano 2010. O Estado não possui legislação vigente sobre a temática patrimonial, apesar de em dois momentos, diferentes parlamentares terem apresentado propostas, não conseguindo aprovação de seus projetos. O Município de Macapá atualmente discute a Lei Municipal de Preservação Patrimonial na Câmara de Vereadores. O Amapá possui através do IPHAN uma sub-regional, ligada a 2ª Superintendência Regional com sede no Pará e a sub-regional do Amapá funcionando no bairro Central da cidade. Atualmente ainda em fase de elaboração pelo IPHAN/ UNIFAP (Coordenado pelo Curso de Arquitetura e Urbanismo em conjunto com o Curso de História) tem-se o 1º Inventário Patrimonial na Cidade de Macapá, tendo como objeto os monumentos históricos localizados no antigo centro histórico da Cidade.

Faz-se necessário a execução de inventário mais abrangente, que inclua todos os prédios antigos da cidade, buscando conhecer todos seus aspectos: históricos, características construtivas, construtores, funções ocupadas no contexto social da cidade, estágio físico atual, para assim subsidiarem possíveis planejamentos incluindo os mesmos. A história e o potencial cultural, ambiental e turístico de Fortaleza de São José de Macapá, possibilita que a mesma seja utilizada como instrumento de resgate e valorização da memória coletiva da cidade e ainda de transformar-se em equipamento turístico capaz de fomentar o desenvolvimento sócio econômico local.

Desta maneira, propõem-se que o Planejamento Municipal Integrado, descrito no atual Plano Diretor de Macapá, foque no turismo como uma forte alternativa para viabilizar o desenvolvimento local. Solução ideal para se ter a conservação da Fortaleza e a valorização do espaço como instrumento de identidade cultural local e nacional.

O crescimento do turismo em massa e das indústrias ligadas ao lazer nos últimos anos tem reforçado a importância econômica das cidades como centros de compras, lazer, cultura e turismo. Essa é uma sólida base econômica para se fornecer o tipo certo de infraestrutura (Harvey, apud SIMÃO, 2006).

A necessidade de integração no processo de planejamento estratégico local solicita a participação e parceria de diferentes agentes envolvidos no processo: atores públicos, privados e a população local. Desta maneira, não só a Fortaleza de São José de Macapá como também os outros monumentos históricos do Centro Histórico de Macapá, que apresentam características peculiares, se tornarão capazes de fomentar uma ampla discussão de caráter preservacionista patrimonial e de desenvolvimento local, tendo o setor turístico local como o grande fomentador desse processo.



Mesmo com algumas ocupações de forma irregular e indevida no entorno na Fortaleza, pouco se vê quanto às transformações no desenho urbano do centro de Macapá, pois os planejamentos instalados (Grumbilf do Brasil, 1960; H.J. COLE 1979, Plano Diretor Urbano de Macapá, 1990-1995; Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá, 2004), levam a esta conclusão. O que se verificou foram algumas modificações no cenário da paisagem formada pelos prédios que ao longo do período analisado (de Macapá Colonial à Macapá Capital de Estado) foram sendo demolidos para construção de arquitetura que respondia as novas necessidades do local e uma modernidade tardia do espaço.

O processo de reconstrução da paisagem do entorno, muitas vezes não se preocupou com o resguardo da memória cultural arquitetônica da Fortaleza, o que contribui para reforçar a premissa de se incluir em qualquer planejamento local a preocupação com o salvaguardo dos resquícios arquitetônicos deste espaço, para que em conjunto com o sítio urbano e ambiental, incluindo o rio Amazonas, possam constituir-se como possibilidade de uma sustentabilidade econômica de Macapá.

Isto colocará em prática um dos objetivos gerais do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá: proteger, preservar e recuperar o patrimônio ambiental do Município de Macapá, com estratégias para proteção do meio ambiente e geração de trabalho e renda, tendo como objetivo geral associar a tutela e a valorização do patrimônio ambiental do Município com a criação de oportunidades de trabalho e renda para seus habitantes, através da realização de atividades econômicas sustentáveis.

De acordo com o plano diretor municipal, considera-se patrimônio ambiental do Município de Macapá, para fins de tratamento especial pela legislação e pelas políticas públicas municipais, os recursos naturais municipais e qualquer manifestação material ou imaterial que seja representativa da cultura dos habitantes do Município, quando sua manifestação esteja associada ao meio ambiente. Assim, inclui-se no patrimônio ambiental do Município de Macapá, os bens imóveis históricos e culturais, como a Fortaleza de São José de Macapá.

Por consequência, analisa-se que o planejamento é uma atividade multidisciplinar e integrada, onde as diferentes ciências se cruzam e ainda mais precisam estar diretamente relacionada com o projeto participativo dos munícipes e da política local. Assim, fica claro que a questão da preservação patrimonial é ampla e perpassa pelos diferentes atores envolvidos na construção do espaço, porém, é necessário e fundamental a compreensão que o morador local tenha da sua memória, e ainda mais, anseio de preservá-la para aproveitamento presente na sustentabilidade local.

E, é necessário fortalecer e pôr em prática o que preconiza o plano urbanístico local, ao deixar evidente que o Município deverá buscar a promoção e a articulação com o setor responsável pela proteção do Patrimônio Cultural do Estado do Amapá para a implementação de medidas que viabilizem sua proteção e seu aproveitamento turístico.

## **Considerações finais**

A necessidade de preservação do patrimônio cultural bem como seu devido reconhecimento possui uma longa trajetória, percorrida desde seus primórdios até sua consagração como de importância fortalecedora para a sociedade brasileira. Com a alteração do conceito de patrimônio cultural para dimensões mais amplas, despertou à necessidade de se preservar não apenas os monumentos tidos como de valor histórico, mas a diversidade de manifestações culturais que se mostram presentes em uma determinada sociedade. Essa nova forma de considerar a preservação do patrimônio cultural e sua repercussão nos organismos nacionais possibilitaram uma maior abrangência em sua esfera de atuação, permitindo-se ampliar a valorização e a preservação das mais variadas manifestações culturais tão latentes na sociedade brasileira.

Em meio as obras de arquitetura que herdou-se do passado, destacam-se, por seus valores histórico e artístico, as fortificações. Em primeiro lugar porque o forte era um marco avançado da conquista do território, precedendo, na maioria das vezes, o assentamento definitivo dos colonizadores. A construção de instalações defensivas constituía uma das primeiras tarefas dos enviados do governo português para missões de colonização. A implantação em locais estratégicos, correspondeu à incidência dos fortes em locais privilegiados do ponto de vista paisagístico, como é o caso da Fortaleza de São de Macapá, erguida às margens do Rio Amazonas.

Evidencia-se que a Fortaleza tem sido tratada em isolado como patrimônio, separada de uma memória estabelecida entre o forte, a cidade e a própria Amazônia, não se apropriando de um fator importante na consolidação da cidade que está casado com sua significação como eixo de orientação para o planejamento urbano, o centro histórico de Macapá.

Não percebe-se um olhar contemporâneo do forte, o que impede sua legitimação como instituição ativa, que vá além da perspectiva histórica perante o imaginário popular, tornando-o somente um patrimônio tombado, mas não preservado e muito menos participativo de questões culturais, de lazer e do turismo.

A grande obra do século XVIII adquire uma imagem figurativa, como um patrimônio falho quanto à apropriação efetiva pelo poder público e pela sociedade, inferindo-se a instabilidade do processo de gestão patrimonial.

Em vista disso, no transcorrer do trajeto histórico, nota-se a desagregação de valores ao monumento, fruto de fragilidades sobre as quais a cidade foi edificada. Caracterizando um quadro de pouca efetividade no contexto de consolidação de sua integração no cenário amapaense do século XXI e suas peculiaridades como objeto de valor nacional, apresentando-se tão somente como memória edificada de uma época passada.

Os órgãos do patrimônio no Brasil, na presença das dificuldades em conseguir colocar o tema do tombamento de bens culturais como prioritários nas ações da área cultural, bem como dificuldades consideráveis em manter ou ampliar o corpo técnico e profissional atuando nos órgãos, acabaram por contribuir bem menos do que seria necessário para a patrimonialização de bens culturais no país.

Os órgãos estaduais e municipais, padecendo das mesmas precariedades, também limitava sua atuação a alguns casos mais particulares e quando realizava processos de patrimonialização priorizava pareceres técnicos somente voltado à área arquitetônica, e decidia pelo tombamento isolado de determinadas construções, sendo que se faz necessário um estudo mais amplo, como é o caso da Fortaleza de São José.

Embora se constate no Brasil a ausência de experiências exemplares de adaptação ao uso cultural e turístico de fortificações, é possível crer na perspectiva de uma melhoria considerável na qualidade das intervenções, tendo em vista a tomada de consciência por parte das autoridades, principalmente militares, do potencial de conversão dos fortes a novos usos.

Com a ação de se patrimonializar determinado bem, tem-se o objetivo de inserir a comunidade local no caminho do desenvolvimento social e econômico. Pois, a partir do momento em que se agrega valor, tanto econômico quanto simbólico a um determinado bem cultural, este produz o reconhecimento e identificação da população local com sua história e sua cultura, além de agregar valor econômico à comercialização do mesmo, que acaba por integrar a comunidade local no conceito de desenvolvimento.

Desta forma, a patrimonialização da cultura deve ser utilizada como meio e fim da valorização dos bens culturais. E estes, ao assumirem sua posição simbólica consequentemente serão canais de desenvolvimento social, econômico, cultural e turístico.

Os setores cultural e turístico, são umas das bases do questionamento desta dissertação, apontam para um potencial riquíssimo, contudo os preliminares necessários para o recebimento dos viajantes ainda precisa ser melhores trabalhados, os equipamentos e serviços turísticos ainda são incipientes em Macapá.

A ligação entre as atividades turísticas e a reabilitação de edificações e centros históricos de diversos países do mundo tem resultado em experiências positivas no sentido da promoção do desenvolvimento sustentável recomendado pelas conferências internacionais que se ocupam da proteção e preservação dos bens culturais da humanidade. Reconhecidamente, a implantação de políticas públicas no campo do turismo e da restauração do patrimônio cultural pode converter-se em estratégias benéficas não só para a preservação de monumentos e conjuntos urbanos, mas, principalmente, para assegurar a sustentabilidade dos centros históricos.

Quando da utilização dos processos de tombamento e dos planos urbanos que foram elaborados para serem aplicados em Macapá, como instrumento balizador do questionamento, foi ainda observado: a pouca aplicabilidade dos mesmos no espaço urbano da cidade, tanto dos processos a níveis federal, estadual e municipal como dos planos urbanísticos. Considera-se que estes além de terem sido tecnocratas demais, pecam pelo não envolvimento da sociedade em sua concepção, portanto a sociedade não se sentia integrante do mesmo, daí uma das principais causas do insucesso. Observa-se ainda para o fato do planejamento urbano no Brasil atual, ser “participativo”, porém, necessidade se faz que os diferentes agentes envolvidos no processo de planejar o urbano, adentrem nesta ação e vislumbre as potencialidades possíveis no espaço urbano amapaense, para somente assim atingir um grau de civilidade na cidade, capaz de realmente a torná-la uma capital com espaços que remontem a sua identidade cultural e que a torne uma cidade turística.

Diante desse contexto é necessário que a Fortaleza de São José de Macapá se torne o elemento balizador para a criação de novos instrumentos de gestão do patrimônio e planejamento urbano, assim como os elementos ambientais e sociais, que juntos, possam garantir a ambiência do bem tombado. É imprescindível que os parâmetros propostos dialoguem com a cidade, fazendo parte do próprio planejamento urbano.

Um dos objetivos da presente pesquisa é contribuir para concepção de políticas públicas para subsidiar as ações que poderão ser desenvolvidas pela Superintendência do IPHAN-AP, aspirando à preservação não só da Fortaleza, mas também do centro antigo da cidade, e ter, no diagnóstico da situação dos órgãos oficiais, secretarias municipais e estaduais de cultura, uma base de reflexão para encontrar formas participativas que envolvam os diferentes âmbitos do poder público.

Para finalizar, é fundamental que as políticas públicas relacionadas à preservação do patrimônio cultural sejam mais específicas, tanto relativas aos elementos históricos, como também à memória social deste lugar, mantendo a Fortaleza, tombada em âmbito nacional, estadual e municipal, como principal elemento/marco da cidade e um instrumento de memória, identidade e preservação. Conhecer a Fortaleza de São José de Macapá é rememorar a história do Brasil. É valorizar o que fizeram os antepassados que, além do cumprimento da missão, não permitiram que o patrimônio fosse destruído pelo tempo.

## Referências bibliográficas

ALMEIDA, Luiz Fernando de. O valor cultural da arquitetura militar e sua preservação. **Revista da Cultura**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 20-42, 2006.

CALABRE, Lia. **Política Cultural em tempos de democracia: a era Lula**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 58, p.137-156, jun. 2014.

CAMILO, Janaína Valéra Pinto. **Homens e pedras no desenho das fronteiras: a construção da Fortaleza de São José de Macapá (1764-1782)**. 2003. 123f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Campinas, 2003.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

FONTANA, Riccardo. **As obras dos engenheiros militares Galluzzi e Sambuceti e do arquiteto Landi no Brasil colonial do séc. XVIII**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

IPHAN. **Tombamento**. Portal do Iphan. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=17738&sigla=Institucional&retorno=paginaInstitucional>>. Acesso em: 19 Set. 2018. (2014 a)

MICELI, Sérgio. **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.

RUBIM, Albino. **Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios**. In: RUBIM, Albino; BARBALHO, Alexandre. **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EdUFBA, 2007.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. (2006). **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. Belo Horizonte: Autêntica.

TEIXEIRA, Paulo Roberto Rodrigues. A Fortaleza de São José de Macapá. *Revista Da Cultura*. Rio de Janeiro, n.11, p. 55-64, 2006.

TONERA, R. **Projeto Fortalezas Multimídia** – Universidade Federal de Santa Catarina. 2010. Disponível em: <[http://cidadesfortificadas.ufsc.br/files/2011/03/2010\\_6sem\\_palestra\\_Fortalezas\\_UFSC.pdf](http://cidadesfortificadas.ufsc.br/files/2011/03/2010_6sem_palestra_Fortalezas_UFSC.pdf)>. Acesso em: 25 Ago. 2018.